

Avaliação Ambiental Estratégica
Plano Director do Corredor do Lobito (PDCL)
Consulta Pública

Agosto de 2026

ÍNDICE

0	Visão Geral do Plano Director	03
1	Porque estamos aqui	04
2	O que é a AAE	06
3	Como fizemos a avaliação	08
4	O que encontramos	11
5	O que recomendamos	20

Objetivos da Consulta Pública

- Esta sessão insere-se no processo de consulta pública da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Director do Corredor do Lobito (PDCL).
 - Objetivo 1** — Apresentar os principais resultados do Relatório Preliminar da Avaliação Ambiental Estratégica.
 - Objetivo 2** — Ouvir opiniões e preocupações, e recolher contributos e sugestões das partes interessadas.
- Todos os comentários e sugestões recolhidos serão analisados e integrados no Relatório Final da AAE, antes da sua submissão final.



Porque é importante a participação?

- Os contributos recolhidos permitirão melhorar a Avaliação Ambiental Estratégica e apoiar um desenvolvimento mais sustentável do Corredor do Lobito.
- Serão realizadas 5 reuniões de consulta pública ao longo do Corredor: Benguela, Huambo, Kuito (Bié), Luena (Moxico) e Luau (Moxico Leste).

Como participar?

Através de questionário de participação, disponível em formato online e em formato físico (papel).

Os questionários preenchidos em papel devem ser entregues aos pontos focais de cada província, que os encaminharão para a equipa da AAE.

O que acontecerá aos contributos?

Todos os comentários e sugestões recebidos (reuniões, online ou físico) serão incluídos no Relatório da AAE antes da sua submissão final.



5 reuniões de consulta pública ao longo do Corredor do Lobito

2. O QUE É A AAE?

Objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica

- A AAE ajuda a responder a uma pergunta central: ***como pode o Corredor do Lobito desenvolver-se de forma sustentável?***
- A AAE avalia os efeitos do Plano Director sobre quatro grandes áreas:

1

Ambiente e recursos
naturais

2

Pessoas e comunidades

3

Território e
desenvolvimento

4

Governança e capacidade
institucional

2. O QUE É A AAE?

7.

Em que se distingue a AAE de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA)?

A AAE é diferente de EIA:

Avaliação Ambiental Estratégica	Estudo de Impacte Ambiental
Avalia um Plano	Avalia um Projeto
Apoia decisões estratégicas	Apoia o licenciamento
Analisa efeitos acumulados	Analisa impactos de um projeto específico

A AAE avalia um PLANO, não um PROJETO

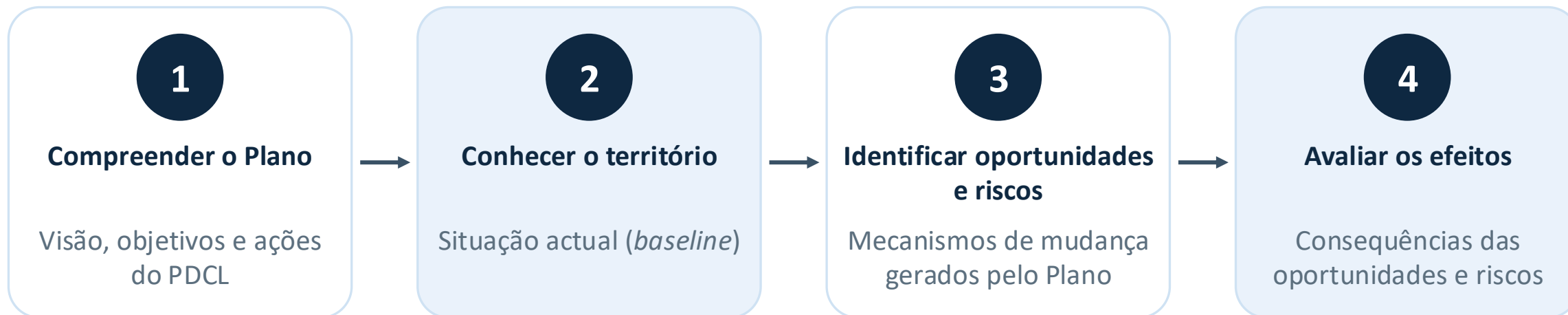


3. COMO FIZEMOS A AVALIAÇÃO?

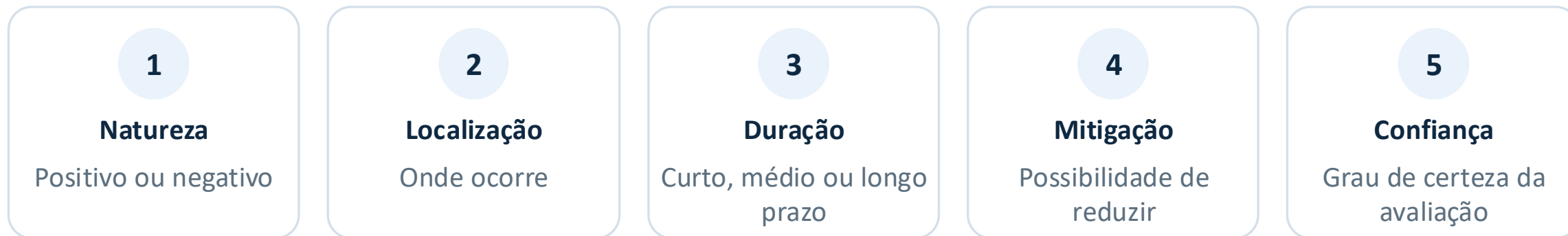
8 •

Metodologia

A lógica da avaliação segue uma sequência simples:



Como foram avaliados os efeitos — cada efeito foi analisado segundo cinco atributos:

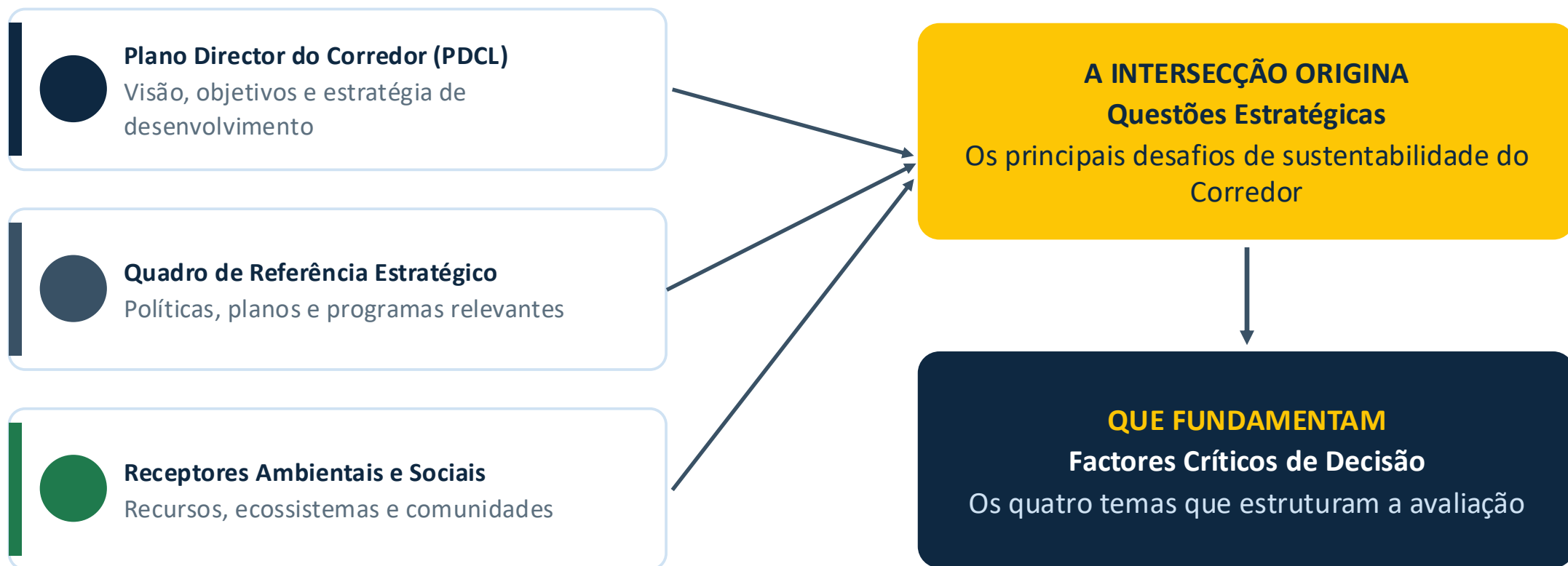


3. COMO FIZEMOS A AVALIAÇÃO?

9.

Como chegámos aos temas de avaliação?

Os quatro temas de avaliação resultam do cruzamento do Plano com o seu quadro de referência estratégico e com os receptores ambientais e sociais do território.



3. COMO FIZEMOS A AVALIAÇÃO?

10 ·

Que grandes desafios procurámos responder?

- A AAE foi orientada por duas questões estratégicas:



Desenvolvimento Humano e Inclusão Social

Maximizar benefícios sociais e reduzir desigualdades e vulnerabilidades



Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Climática

Proteger o capital natural e minimizar os riscos ambientais

Para responder a estas duas questões estratégicas, a avaliação foi organizada em quatro grandes temas

1

Ordenamento do território

O Plano influencia a organização e o uso do solo?

2

Desenvolvimento humano e inclusão social

O Plano melhora as condições de vida e a coesão social?

3

Capital natural e resiliência climática

O Plano é compatível com a conservação e a resiliência climática?

4

Governança e capacidade institucional

Existem condições para implementar o Plano?

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

Como é hoje o Corredor do Lobito?

Um território com forte potencial económico

11 •

Da costa ao interior — um eixo de integração territorial

1

Benguela / Lobito

Porto, ferrovia, indústria e logística — porta atlântica do Corredor



2

Huambo

Principal polo agro-industrial, industrial e logístico do Planalto Central



3

Bié

Produção agrícola, agro-indústria e a plataforma logística de Cunhinga



4

Moxico

Conectividade regional e cadeias agrícolas; zonas húmidas estratégicas



5

Moxico Leste

Logística transfronteiriça (Luau) e ligação à RDC e à Zâmbia

≈1.300 km extensão do Corredor

5 províncias atravessadas

3 países ligados: Angola · RDC · Zâmbia

Multimodal porto · ferrovia · rodovia

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

12 •

Como é hoje o Corredor do Lobito?

Um território com importantes desafios territoriais

1

Desenvolvimento territorial desigual

Desenvolvimento concentrado na costa e nos grandes centros urbanos, com interior pouco povoado.

2

Urbanização acelerada e informal

Crescimento urbano informal aumenta a pressão sobre habitação, infraestruturas e serviços.

3

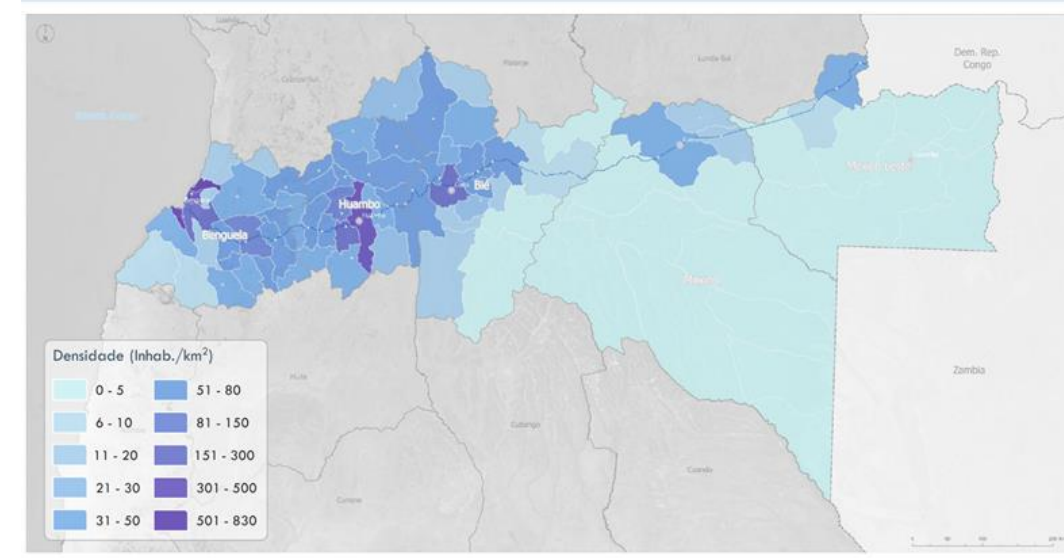
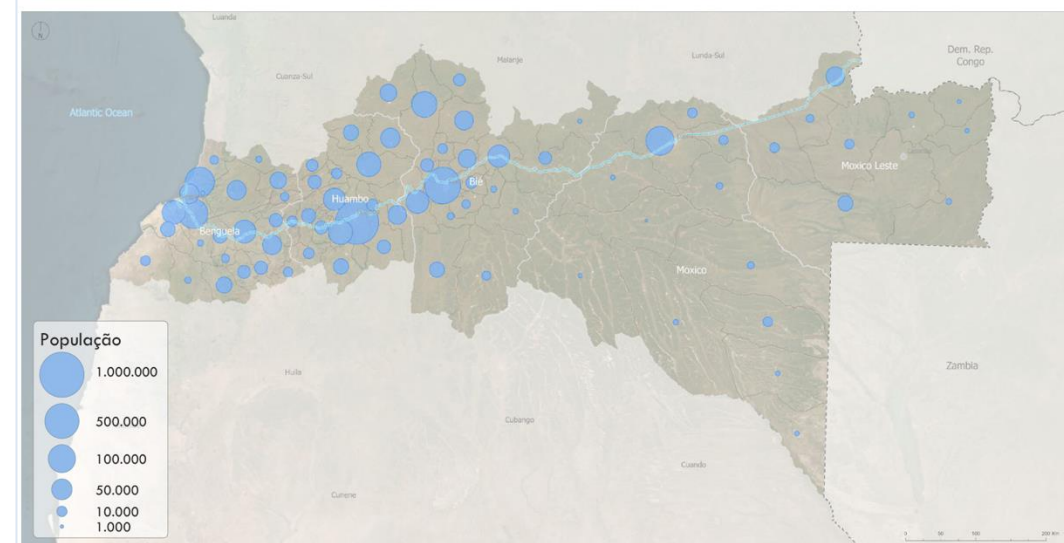
Ordenamento ainda insuficiente

Implementação desigual dos instrumentos municipais de ordenamento do território.

4

Investimentos exigem planeamento

É preciso coordenar o ordenamento com as infraestruturas, atividades económicas e expansão urbana.



Distribuição e densidade populacional — concentração no eixo oeste (Benguela, Huambo, Bié) e vazios no interior oriental.

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

13 ·

Como é hoje o Corredor do Lobito?

Um território com importantes desafios sociais

1

Capital humano subaproveitado

População jovem mas com baixa escolaridade; disparidades entre províncias (Bié, Moxico) e entre urbano e rural.

2

Emprego abundante, mas de baixa qualidade

≈¼ do emprego nacional, mas predomina o informal e de subsistência, sobretudo no interior.

3

Acesso desigual a serviços

Cobertura insuficiente de saúde, educação, água, saneamento e eletricidade, com maiores carências no interior.

4

Pobreza e desigualdades

Pobreza rural (54,7%) muito acima da urbana (17,8%); baixa qualificação e acesso limitado a serviços.

Disparidades urbano-rurais no acesso a serviços

Disparidades Urbano-Rurais no Acesso a Serviços Essenciais (em Pontos Percentuais*)						
Município	Certidão de Nascimento	Água	Eletricidade	Fora da escola	ID Nacional	Alfabetização
Benguela	41.4	28.8	61.3	43.6	40.1	50.1
Huambo	28.3	27.9	55.0	30.2	26.3	35.3
Bié	31.5	20.8	35.4	34.8	28.4	38.1
Moxico	18.1	21.6	44.3	40.8	19.4	37.7
Moxico Leste	18.6	2.8	6.4	14.9	18.4	14.9

O acesso aos serviços essenciais permanece desigual entre áreas urbanas e rurais. Cores mais escuras indicam diferenças mais elevadas.

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

14 •

Como é hoje o Corredor do Lobito?

Um território com capital natural sob pressão

1

Água sob pressão e desigual

Nó costeiro com escassez e dependência do rio Catumbela; saneamento e drenagem ainda limitados.

2

Biodiversidade e ecossistemas em risco

Pressão sobre florestas miombo, zonas húmidas e áreas ribeirinhas; fiscalização ainda limitada.

3

Serviços dos ecossistemas essenciais

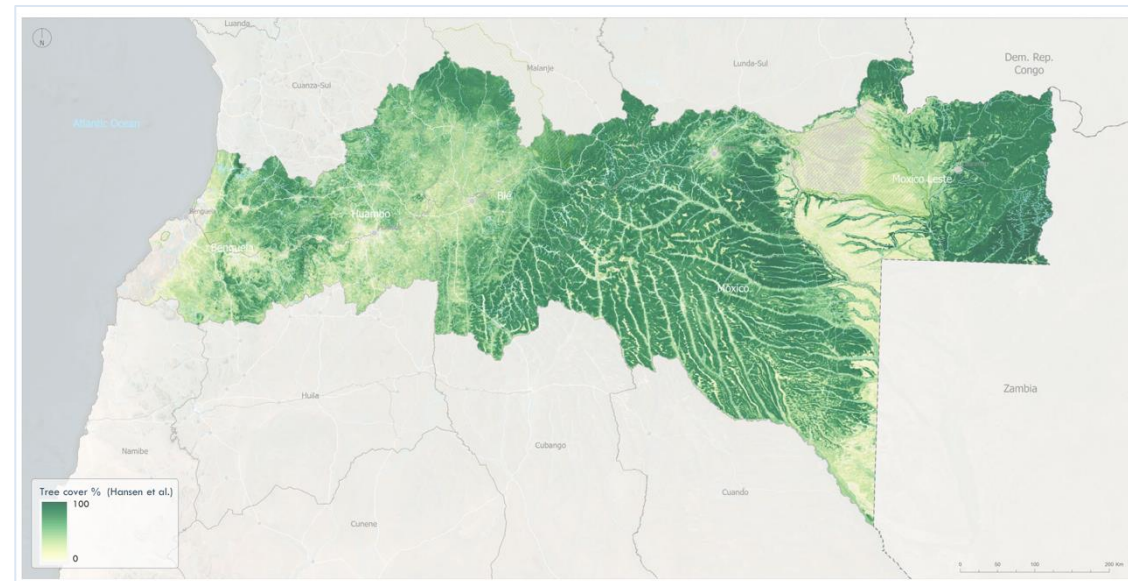
Comunidades rurais dependem de água, lenha, pastagem e solos; a sua degradação afeta a subsistência.

4

Elevada exposição climática

Forte exposição a secas, cheias, erosão e variabilidade da precipitação; dados ainda insuficientes.

Coberto florestal ao longo do Corredor (%)



Distribuição do coberto florestal (Hansen et al.) — capital natural que sustenta água, biodiversidade e resiliência climática.

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

15 •

Como é hoje o Corredor do Lobito?

Um território que exige maior coordenação institucional

1

Responsabilidades dispersas

Competências distribuídas por muitos setores e níveis, com risco de planeamento fragmentado.

2

Coordenação complexa e desigual

Articulação difícil entre ministérios, províncias e municípios; capacidade variável nos níveis locais.

3

Dados e monitorização frágeis

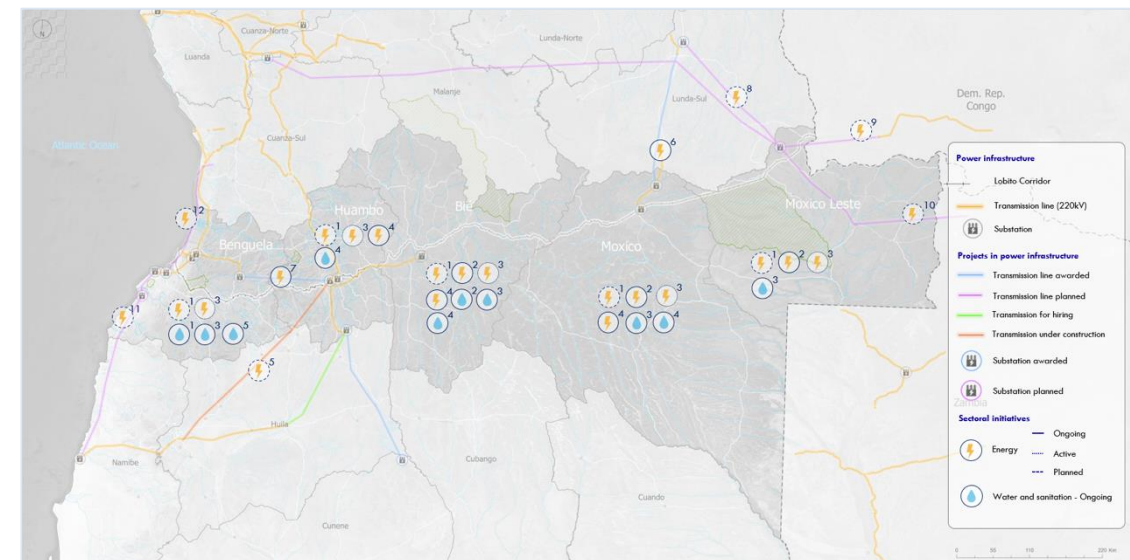
Disponibilidade e partilha de dados fracas; sistemas de monitorização do Corredor por definir.

4

Participação ainda pontual

Envolvimento sobretudo por projeto, com poucos mecanismos permanentes de participação e reclamação.

Síntese das lacunas de serviços públicos



Lacunas de cobertura, operação e integração — refletem a necessidade de coordenação, capacidade e monitorização mais fortes.

4. O QUE ENCONTRÁMOS?

16 •

O que pode MELHORAR com o Plano?

1

Ordenamento do território

Centros urbanos intermédios mais atrativos e maior coesão territorial, reduzindo a polarização em torno de Lobito/Benguela.

Crescimento urbano mais estruturado, acelerando a atualização dos instrumentos municipais de ordenamento (PDM, PU, PP).

2

Desenvolvimento humano e inclusão social

Mais emprego e oportunidades económicas, apoiando a diversificação dos meios de subsistência e o desenvolvimento das economias locais.

Reforço do capital humano através da educação, formação profissional e maior acesso aos serviços essenciais, promovendo uma maior inclusão social.

3

Capital natural e resiliência climática

Maior segurança hídrica e melhores serviços de água, saneamento e drenagem através de infraestruturas coordenadas e eficientes.

Conservação e restauro de habitats, zonas húmidas e áreas protegidas, com soluções de base natural e energia mais limpa.

4

Governança e capacidade institucional

O PDCL como quadro integrador que alinha planos setoriais, investimentos e salvaguardas à escala do Corredor.

Plataforma de monitorização do Corredor e mecanismos contínuos de participação, divulgação e gestão de reclamações.

As oportunidades resultam da avaliação dos quatro Fatores Críticos de Decisão (FCD).

4. O QUE ENCONTRÁMOS?

17 •

Que RISCOS devemos evitar?

1

Ordenamento do território

Reforço da polarização territorial e maior concentração em torno da costa, agravando disparidades face ao interior.

Maior pressão sobre o uso do solo, aumentando a ocupação desordenada e os conflitos entre diferentes usos do território.

2

Desenvolvimento humano e inclusão social

Os benefícios económicos do Corredor podem não chegar às comunidades locais, mantendo elevados níveis de informalidade, desemprego e desigualdades sociais.

Crescimento urbano e populacional superior à capacidade de resposta das infraestruturas e dos serviços públicos. Atrasos na implementação do Plano poderão aumentar as expectativas não correspondidas e a contestação social

3

Capital natural e resiliência climática

Pressão cumulativa sobre água, solos, florestas, zonas húmidas e biodiversidade por desenvolvimento não coordenado.

Aceleração da desflorestação, caça e conversão do uso do solo com a melhoria das acessibilidades, agravada pelas alterações climáticas.

4

Governança e capacidade institucional

Implementação setorial não coordenada, gerando sobreposições, lacunas, atrasos e prioridades contraditórias.

Participação, monitorização ou conformidade insuficientes, com risco de reclamações, financiamento e perda de legitimidade pública.

Os riscos resultam da avaliação dos quatro Fatores Críticos de Decisão (FCD).

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

18 •

Que **CONSEQUÊNCIAS** podemos esperar?



A maioria dos efeitos negativos apresenta confiança alta e potencial de mitigação — reforçando a importância das diretrizes de implementação e do quadro de monitorização.

4. O QUE ENCONTRÁAMOS?

19 •

Efeitos identificados: uma visão de conjunto

12

efeitos POSITIVOS
identificados

14

efeitos NEGATIVOS
identificados

Alta

confiança na maioria dos
efeitos negativos

Mitigável

grande parte dos efeitos
negativos tem mitigação

1. Ordenamento do território

2. Desenvolvimento humano e inclusão social

3. Capital natural e resiliência climática

4. Governança e capacidade institucional

Aspetos que exigem maior atenção:

Planeamento do
uso do solo

Conservação da
biodiversidade

Inclusão social

Coordenação
institucional

Positivos

Negativos

2

3

4

3

4

5

2

3

5. O QUE RECOMENDAMOS?

20 ·

1

Integrar a proteção ambiental no desenvolvimento do Corredor

Incorporar capital natural, resiliência climática e salvaguardas nas decisões de planejamento e investimento.

2

Garantir benefícios claros para as comunidades locais

Assegurar emprego de qualidade, inclusão de PME e grupos vulneráveis e partilha equitativa de benefícios.

3

Promover um ordenamento do território sustentável

Alinhar planos setoriais, investimentos e instrumentos municipais para um padrão espacial mais coerente.

4

Reforçar a coordenação institucional entre setores e níveis

Definir papéis, procedimentos de coordenação e responsabilização à escala do Corredor.

5

Melhorar a monitorização ambiental e social ao longo do Corredor

Criar uma plataforma integrada de indicadores que suporte a gestão adaptativa.

6

Manter o diálogo contínuo com as partes interessadas

Consolidar mecanismos permanentes de participação, divulgação e gestão de reclamações.



MUITO OBRIGADO

*Avaliação Ambiental Estratégica
Plano Director do Corredor do Lobito*